

Leitura e desaprendizagem em São Paulo nos anos 1930 e 40

Paulo Teixeira Lumatti

Instituto de Estudos Brasileiros – Universidade de São Paulo

dobra

Embora tenham tido ampla repercussão em sua própria época e em anos posteriores, o ensaísmo social, as obras historiográficas e as biografias não foram os gêneros de maior ascensão no Brasil das décadas de 1930 e 40.¹ Além da grande porcentagem de livros didáticos, deve-se levar em conta a enorme procura pelos romances policiais e de aventuras, pelos romances das "coleções para moças"² e até mesmo pelos "romances mediúnicos",³ que ajudaram a dar à literatura o primeiro posto em vendas de 1938 a 1943.⁴ Embora não fossem

1 Segundo o levantamento de Miceli para os anos de 1938 a 1943, no conjunto, as seis maiores editoras do país publicaram um total de 22% de livros didáticos e 23% de obras de ficção (cit. por Pontes, H. "Retratos do Brasil", p. 368), afirmava um jornalista, em 1944, que, apesar das dificuldades, os livros escolares ainda estavam "na vanguarda de nosso mercado" "Mercado de Livros". *O Observador Econômico e Financeiro*, n. 106, 11/1944, p. 42.

2 Segundo J. Amado, esses livros seriam "uma das mais largas fontes de renda dos fabricantes do livro nacional." Considerando que "as mulheres possuem muito mais tempo para ler do que os homens – e lêem muito mais", Amado reclama, de forma um tanto paternalista, do efeito que essa literatura (Delly, Ardel, Barclay, Concordia Merrel) teria sobre as meninas do interior brasileiro. As matronas das cidades teriam um gosto muito mais apurado, formado pelas antigas coleções portuguesas – "Horas de Leitura" e "Biblioteca das Famílias". Amado, Jorge. "Problemas do Livro Brasileiro". *O Observador...*, n. 49, 02/1940, pp. 42-43.

3 Segundo nota de Maurício de Medeiros no jornal *A Gazeta*, de 29 de agosto de 1944, um assunto que "deveria ter agitado os meios intelectuais, mas que ficou confinado apenas às discussões filosóficas sobre a sobrevivência ou não do espírito, foi a relativa à justíssima ação, que a família de Humberto de Campos promoveu na justiça, afim de cessar o abuso do nome de seu patrono (a quem são atribuídas obras)... como ditadas depois de morto" ("Obras de Humberto de Campos". *A Gazeta*, 29/08/1944, p. 3).

4 Miceli, S. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979, p. 77, 87, a literatura de aventuras era a mais vendida ("Mercado de Livro". *O Observador...*, n. 106, 11/1944, p. 43), Jorge Amado calculava, em 1940, que, de cada 10 livros editados, 7 eram "literariamente inferiores". Em termos de coleções, haveria uma coleção "boa" para cada 6 coleções ruins: duas de romances de aventuras e policiais, uma para moças, uma para adolescentes, uma para

novidade⁵, escritores e jornalistas coevos escandalizavam-se com esses "gêneros menores", contra os quais publicaram artigos na imprensa. Mas a demanda era tanta – incluindo, por certo, também outros gêneros – , que nem mesmo o aumento do contingente de escritores brasileiros no total de títulos publicados em 1942 e 1943, respectivamente, 69% e 70%, foi suficiente para supri-la. Para tanto, os editores recorreram aos autores estrangeiros, e tradutores viram-se cada vez mais requisitados.⁶ Um artigo publicado na revista *O Observador Econômico e Financeiro*, em junho de 1944, advertia, contudo, que as traduções poucas vezes eram feitas por pessoal qualificado (o que se confirma em muitos outros registros de época⁷):

“O grande negócio da época parece consistir nas traduções. Tudo é traduzido, livros novos, o antigo *vient de paraitre* exportado por Paris, como velhos livros de fundo de tôdas as literaturas e pacotilhas incríveis. O livro traduzido pode ser vendido pela metade, por um terço ou menos do que o original estrangeiro. Os que exploram o negócio das traduções não se recomendam geralmente pelo bom gosto (...) muita gente que ama os livros e gosta de conservá-los, prefere esperar as edições argentinas que, tudo indica, devem realizar entre nós, no momento, bons negócios”⁸

Um documento veiculado pelo jornal *A Gazeta*, de agosto de 1944, afirmava que os editores mantinham as coleções populares com o propósito de angariar fundos para a manutenção das coleções que contribuiriam para o progresso da "cultura nacional". Com efeito, o "Memorial dos editores, livreiros e tipógrafos ao Coordenador de Assuntos Interamericanos"⁹ protestava contra a iniciativa de

senhoras "modernas", e uma para o grande público em geral (a qual teria preços acessíveis). "Problemas do Livro Brasileiro". *O Observador...*, n. 49, 02/1940, p. 41.

5 Vide El Far, Alessandra. *Páginas de sensação – literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo: Companhia das letras, 2004, Meyer, Marlyse. *Folhetim – uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 280-419.

6 Miceli, Sergio, *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*, op. cit.

7 Vide as discussões havidas no I Encontro Brasileiro de Escritores, em 1945. Lima, F. V. *O Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores: movimento intelectual contra o Estado Novo (1945)*. Dissertação de Mestrado em História Social, FFLCH-USP, 2010.

8 Bello, José Maria. "Tendências da Leitura". *O Observador...*, n. 101, 06/1944, p.20.

9 O documento vinha subscrito por Octalles Marcondes Ferreira e José de Barros Martins (representando os editores), Emilio Dinnuci e Aristides Thomé (em nome dos livreiros), Francisco

uma empresa norte-americana, denominada *The Pocket Books Inc.*, de imprimir livros populares em português nos Estados Unidos, e desenvolvia em dado momento o seguinte raciocínio:

”(o problema dos livros em português impressos nos Estados Unidos) não é apenas um problema de ordem econômica, mas algo mais importante, que se acha estreitamente ligado aos altos interesses da cultura nacional./ E realmente, quando se analisa o comércio do livros no Brasil, precisamos não esquecer inúmeros fatores que a ele estão ligados e que constituem, por assim dizer, fatores básicos para a sobrevivência e progresso do movimento cultural do país. Referimo-nos às coleções culturais, muitas ou quase todas deficitárias, mas de tão grande importância na nossa evolução cultural. Coleções como a 'Brasiliana', 'Documentos Brasileiros', 'Autores Brasileiros' e muitas outras são mantidas com enormes sacrifícios pelos editores, que não viram, com elas, lucros de espécie alguma. O que dizer dos novos escritores, que só poderão encontrar amparo junto às empresas nacionais? Como poderão nossas editoras continuar a manter coleções de caráter puramente cultural, ou incentivar novos e promissores talentos, se a sua melhor fonte de renda – os chamados livros populares – lhes fugirem da mão? Com a imediata paralisação dessas coleções, ou o retraimento quase absoluto das empresas nacionais diante da estréia de êxito problemático, qual será o panorama que se descortinará daqui a um ou dois anos, nas letras brasileiras ?(...)"¹⁰

Este documento nos parece emblemático do perfil dos grupos comprometidos com a indústria do livro nas décadas de 1930 e 1940.¹¹ No entanto, é preciso observar que tal pensamento voltado ao "progresso cultural" não impedia que o que se entendesse por "cultura nacional" pudesse ser algo bastante conservador,

Cruz Maldonado, Saverio D'Agostinho e Nelson Palma Travassos (da parte das indústrias gráficas) e Caio Prado Júnior e Edgar Cavalheiro (representando os escritores).

¹⁰ *A Gazeta*, 19/08/1944, p.6.

¹¹ Escrevia o assessor editorial da Editora Ática, em 1986, que editores de casas como a Francisco Alves, a Martins, a Nacional, a José Olympio, a Brasiliense e outras, "além de proprietários de seus estabelecimentos, eram responsáveis por toda a programação editorial. Cuidavam da contratação de novos autores, das traduções, da impressão etc.. Sua formação era a de verdadeiros humanistas. Conheciam profundamente o mundo do livro e se identificavam com ele. O livro não era um produto como outro qualquer, mas algo ao qual se dedicavam com vocação e desprendimento." In: Lustig, S. (Org.), *Editoração*. São Paulo: Com-Arte, 1986, p.35.

deitando raízes em certas correntes do pensamento nacionalista dos anos 1920, ou mesmo de anos anteriores.

Em face dos gêneros populares, não faltava, difuso no ambiente intelectual daqueles anos de Estado Novo (1937-1945), o desejo de controlar os leitores que procuravam na literatura uma "distração vulgar", o "vago desconto de uma hora vadia ou de tédio", supostamente reduzindo-a "(...) a simples passatempo, como uma partida de pingue-pongue ou uma fita do Gordo e Magro..." Pairava a idéia do "controle de uma opinião ilustrada e consciente, capaz de distinguir e classificar os valores." ¹² A própria ditadura procurou domar o crescente contingente de leitores, através da manipulação da produção e da distribuição de livros – além, é claro, da repressão aos que contestassem mais abertamente os poderes estabelecidos¹³. No quadro geral das bibliotecas registradas no Instituto Nacional do Livro até dezembro de 1943, mais de 2.000, em todo o país, estavam inscritas, recebendo doações. A atuação do Instituto Nacional do Livro (INL), criado em 1937, e tendo como uma de suas finalidades, justamente, o incentivo à organização e o auxílio à "manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional", ¹⁴ era apontada como responsável pela viabilização de muitas

12 "Um grave moralista ou um solene professor de literatura, analisando o regime de puro arbítrio pessoal que preside ao consumo de livros, seria capaz talvez de aconselhar uma espécie de ditadura disciplinadora. (...) Aos editores inteligentes que fossem capazes de sobrepor às perspectivas de lucros do seu negócio o cuidado em concorrer para a formação cultural do seu país é que caberia talvez a missão orientadora das leituras do público comum, esforçando-se por oferecer-lhe sempre livros bem escritos, bem pensados e bem sentidos. (...) Mas isto é exigir demasiado. Vender livros é, afinal, segundo o consenso comum, vender uma mercadoria como outra qualquer. O comprador é livre na escolha.../ Os noticiaristas de livros novos, os críticos literários poderiam atribuir-se de certo modo esta função guiadora. Poderiam teoricamente, praticamente, êles se mostram tão incapazes ou inaptos quanto os livreiros (...)" Isto porque, segundo o jornalista, os críticos estão comprometidos com rodinhas de elogio mútuo. "Falta o controle de uma opinião ilustrada e consciente, capaz de distinguir e classificar os valores. Desta forma, seria vão querer indicar qualquer meio de disciplinar ou orientar o consumo dos livros (...)" Bello, José Maria. "Tendências da Leitura". *O Observador...*, n. 101, 06/1944, pp. 20-21.

13 Carneiro, Maria Luiza Tucci, *Livros proibidos, ideias malditas*. 2ª. Edição ampliada. São Paulo: Ateliê Editorial, PROIN - Projeto Integrado Arquivo do Estado/USP/Fapesp, 2002. Grande quantidade de dissertações e teses têm sido escritas, nos últimos anos, sobre o assunto.

14 Vide o Decreto Lei n. 93, 21/12/1937. Arquivo CPDOC, FGV-RJ.

bibliotecas públicas.¹⁵ Nesse quadro figurava o Estado de São Paulo com 516 bibliotecas, às quais haviam sido doados livros no total de 48.252 volumes. Essas bibliotecas paulistas eram ali classificadas: 192 como privativas que, com direito às publicações do Instituto e de outros órgãos do Ministério da Educação e Saúde, já haviam recebido 2.738 volumes, e 324 como públicas e semi-públicas que, com direito não só às publicações mencionadas, mas também e principalmente a livros adquiridos no mercado pelo próprio Instituto, com os recursos orçamentários que lhe eram para esse fim atribuídos, já haviam sido contempladas com 45.514 volumes. O número das bibliotecas do Estado de São Paulo representava um quarto do total brasileiro até então registrado, enquanto o número de volumes doados pelo INL representava um quinto do total doado ao país.¹⁶ Já o *Anuário Estatístico do Estado de São Paulo*, referente ao ano de 1940, informava que as bibliotecas públicas disseminadas por todo o Estado atenderam, naquele ano, a um “número considerável de consultas”: 976.209. Dessas, 833.481 haviam sido feitas a livros em português.¹⁷

E, no entanto, afirmava um jornalista, com excessivo otimismo, em 1944:

“(...) seria vão querer indicar qualquer meio de disciplinar ou orientar o consumo dos livros. O fato dele vir aumentado por todo o país e em tôdas as classes sociais é por si só extremamente auspicioso. A leitura converte-se depressa em hábito tão imperioso quanto o do fumo.(...)”¹⁸

Aparentemente, a grande massa dos leitores e leitoras beneficiou-se, dentro de certos limites, dessa expansão dos canais institucionais de produção e difusão do livro – a qual atendia às antigas reivindicações pela melhoria das condições de vida, que haviam chegado a um novo patamar em meados do século. Não era impossível, por outro lado, entrar em contato com os livros proscritos pela ditadura:

¹⁵ “Cresce cada vez mais, no Brasil, o número de bibliotecas: uma biblioteca, pelo menos, em cada cidade – é o lema que vai sendo cumprido. Merece boa parte dos louros dessa vitória o Instituto Nacional do Livro que tem, sem desfalecimentos, impulsionado o movimento.” “Bibliotecas”. *Revista da Academia Paulista de Letras*. N. 30, 12/06/1945, p. 164.

¹⁶ As Bibliotecas Paulistas representam quase um quarto das existentes em todo o país”. *Revista da Academia Paulista de Letras*. N. 25, 12/3/1944, p. 151

¹⁷ “Bibliotecas Públicas”. *Revista da Academia Paulista de Letras*. N. 26, 12/6/1944, p. 175.

¹⁸ Bello, José Maria. “Tendências da Leitura”. *O Observador...*, n. 101, 06/1944, p. 21

”Macielzinho viajava pelo interior de São Paulo, colocando livros da Editora, controlando as vendas. Fora ele quem conseguira para mim alguns romances de Jorge Amado, escritor ‘amaldiçoado’ pelo DIP. Impossível encontrar exemplares de seus livros para comprar, naqueles tempos de Estado Novo. Queimados em São Paulo e na Bahia, apreendidos em todo o país em novembro de 1937, sua venda estava proibida. Sabendo das possibilidades de Maciel, ‘rato de sebos’, encomendara-lhe os volumes que não possuía. Macielzinho tomara nota do meu pedido e os fora trazendo, um a um, em suas repetidas viagens.(...)”¹⁹

Também Lázaro Borges, ex-funcionário da Editora Brasiliense, lembra-nos que a revista *Hoje*, editada provavelmente em 1943, na casa da rua D. José de Barros onde funcionava, em seus primeiros anos, o núcleo daquilo que viria a ser a editora Brasiliense, muito embora tivesse sido interdita por Vargas, foi distribuída pelos poucos funcionários da Editora aos passageiros dos bondes de São Paulo, quando voltavam do trabalho para as suas casas.²⁰ O hábito de ler nos bondes era, a propósito, classificado como insalubre em reportagem do jornal *Correio Paulistano* de 10 de outubro de 1943, intitulada: ”Não conseguimos ainda conformar-nos com a teimosia de quantos, viajando incomodamente nos bondes fechados da Light ou nos auto-ônibus com excesso de lotação, fazem mil e um esforços para ler um livro ou um jornal.” A revista do IDORT comentava a matéria, advertindo que a leitura de um jornal ou livro poderia comprometer ”a resistência ocular mais invejável.”²¹

Mesmo antes do Estado Novo, as tentativas de controle não embargavam o ludíbrio da (ou a indiferença à) censura. É o que se pode inferir das numerosas pesquisas sobre a repressão de livros brasileiros durante as décadas de 30 e 40, e o que percebemos, também, neste trecho das reminiscências da radionovelistas e militante Deocélia Vianna:

”Antes que chegasse, parei na esquina da Líbero Badaró com a Praça Patriarca, pois percebi que algo de errado estava acontecendo no lugar onde funcionava a livraria. Diante da porta do prédio, um carro de polícia e um monte de gente olhando.(...) Perguntei a um cidadão (...) o que havia acontecido, e ele me respondeu num tom meio confidencial: – São comunistas perigosos...(...). No dia

19 Gattai, Zélia, *Um chapéu para viagem*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 23.

20 Depoimento de Lázaro Borges ao autor, fitas 1 e 2. Arquivo particular.

21 ”Poupe a Vista”. *Revista do IDORT*. V. XII, n. 142, 1943, p. 212.

seguinte na Folha de São Paulo saía o retrato de todos eles com a legenda *comunistas*, e outra fotografia com uma pilha enorme de livros que iam para o fogo... Guardei bem guardados, os livros da Editora [Editora Edições Cultura Brasileira, da qual Galeão Coutinho era um dos diretores (p.28)] – uma série sobre a vida dos músicos – e, sobretudo, *Os dez dias que abalaram o mundo*²². Este livro, mesmo depois de casada com Oduvaldo eu sempre dava, ou emprestava, a quem quisesse se iniciar em política e saber qualquer coisa sobre a Rússia.”²³

Proselitismos à parte, a passagem nos permite o vislumbamento de situações em que um único livro era passado de mão em mão, escapando dos controles que se procurava impor e driblando os preços das edições.²⁴ Com efeito, em seu já citado artigo de 1940, Jorge Amado considerava, referindo-se à literatura das coleções “para moças”, que, nesse ano, uma grande edição de 5.000 exemplares tinha no Brasil 50.000 leitores, pois, destes, “45.000 tomam o livro emprestado”. Para o escritor baiano, o fato de o livro brasileiro ser “dos mais caros do mundo” teria facilitado o “crescimento do hábito do empréstimo”.²⁵ Hábito aliás também explorado por algumas livrarias como a Leitura, que, por uma pequena soma de dinheiro, emprestava livros a clientes modestos.²⁶ O próprio poder público se adiantara e propusera, como se vê nas páginas da *Revista da Academia Paulista de Letras*, um serviço de empréstimos para a Biblioteca Municipal de São Paulo.

22 “E foi então que publicaram *Os Dez Dias que Abalaram o Mundo*, de John Reed. O livro deu um nó na minha cabeça. Era um mundo novo, a URSS surgindo com a ditadura do proletariado, um país socialista. ‘A cada um de acordo com as suas necessidades, de cada um, de acordo com a sua capacidade.’ Era lindo! A corte do czar, o luxo, as orgias, o povo morrendo de frio. As carruagens, os cavalos ensilhados com ouro, e ouro também nos pedais. E o povo morrendo de fome. E o mundo inteiro contra a União Soviética. Por quê? Depois publicaram o *Materialismo Dialético*. Ai eu não entendi nada, mas não faltou quem me abrisse os olhos.(...) Nessa altura eu já estava cem por cento favorável ao socialismo. E devorando os livros: *Judeus sem Dinheiro*, de Michael Gold, *Nasce uma Criança*, de Harrison.” Vianna, Deocélia. *Companheiros de viagem (memórias)*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 29.

23 Vianna, Deocélia. *Companheiros de viagem*, op. cit., p.28-30.

24 Outra estratégia parece ter sido a busca do contato direto com o autor, pedindo que fossem enviados livros. Era este um procedimento não muito bem visto dos chamados “mordedores” ou “filantes” de livros. *Revista da Academia Paulista de Letras*. N. 19, 12/09/1942, p. 170.

25 Amado, Jorge. “Problemas do livro brasileiro”. *O Observador...*, n. 49, 02/1940, p. 45-46.

26 Cf. Vianna, *Companheiros de viagem*, op. cit., p.19.

É muito difícil documentar um vínculo tão fluido como o do empréstimo de mão em mão. No entanto, é certo que a divulgação de obras e idéias extravasava os limites institucionais da leitura, embora dependesse dos seus circuitos tradicionais de difusão, como sejam as editoras, livrarias e bibliotecas. É também certo que a literatura de propaganda partidária era a menos procurada, como se revela na análise das vendas da Brasiliense.²⁷ Tudo leva a crer que parte do surto do mercado editorial se deu de forma relativamente independente do movimento de "polarização ideológica", característico dos anos 1930 e 40²⁸, e abrangia uma infinidade de situações.

Um volume reencontrado que se imaginava perdido, uma coleção na estante de uma sala, um empréstimo por parte de um amigo, parente ou conhecido, tudo isso era vivido intensamente por aqueles que assim iam lendo de acordo com a sua própria temporalidade possível, com o tempo e o conforto que a atividade praticada para sobreviver permitia. Edmir Perroti, em depoimento sobre Monteiro Lobato, narra a descoberta que foi para ele, um garoto da periferia de São Paulo, ler os livros do escritor de Taubaté, com seus personagens que eram donos de si mesmos e faziam o que pensavam, em uma coleção adquirida por sua família.²⁹ Com Lobato, podia *desaprender* algumas das normas impressas nas instituições sociais, que enfatizavam a autoridade, a obediência, a repressão. Com efeito, dentro do panorama de diversificação social e aprofundamento do mercado, a medida do controle sobre os processos culturais permanece uma questão em aberto. Assim, o rapaz de família muito humilde Florestan Fernandes, futuro grande sociólogo, não se ligara na adolescência a nenhum grupo intelectual. Sua primeira vinculação antes de ingressar na faculdade coincidiu com o curso de madurez, feito no Ginásio Riachuelo. Lá, com os colegas, entrou "em contato com várias correntes literárias que prevaleciam aqui no meio brasileiro". Até então, comentaria, anos depois, o sociólogo, "a minha concepção de escrever era praticamente uma preocupação clássica. Foi graças a um colega no curso de madurez que eu me iniciei na literatura moderna brasileira e procurei melhorar a minha concepção de estilística. De modo que, naqueles anos, por exemplo, eu valorizava muito mais Monteiro Lobato (...) porque

27 Depoimento de Lázaro Borges ao autor, fitas 1 e 2. Arquivo particular.

28 Candido, Antonio. "A Revolução de 30 e a Cultura". *Novos Estudos Cebrap*. V. II, n. 4, 04/04/1984.

29 Depoimento de Edmir Perroti sobre Monteiro Lobato. Museu da Imagem e do Som (MIS), São Paulo. Fita n. 137-8.

através dele eu conhecia coisas que me interessavam muito. Ele tinha um estilo vivo. De modo que eu não sou típico.”³⁰

Até que ponto, porém, seria possível traçar o “típico”?

A procura pelo “controle total” encontrava limites particularmente fortes em uma sociedade que em parte procurava, cada vez mais, desaprender os “modelos clássicos” – muito embora, num âmbito mais geral, a maior institucionalização promovida pela criação da legislação social, marca da ditadura Vargas, atendesse a antigos anseios e reivindicações sociais. Formas de controle persistiam, como aquelas decorrentes do analfabetismo da maior parte da população: em 1945, Mário Pinto Serva observava, em artigo para a revista do *IDORT*, que havia praticamente 30 milhões de analfabetos no Brasil, enquanto os EUA gastavam 39,7% de seus orçamentos com a educação, os governos estaduais brasileiros, em conjunto e somados, dispendiam apenas 15,39%.³¹ Dentro dessa perspectiva, era importante que o ritmo da expansão educacional fosse muito bem controlado para que não ameaçasse a ordem vigente. Outras formas de controle eram ainda criadas, como a montagem de uma estrutura sindical semi-corporativa que possibilitava o enquadramento, em moldes conservadores – que, no entanto, abriam também *brechas* –, das massas populares na vida pública e institucional.

Em que medida estaria a propagação da chamada literatura menor vinculada à expansão da parcela do público de leitores recrutada nas novas camadas médias da sociedade, que teria assim redundado no aumento da demanda por obras de “mero entretenimento”? Para Miceli, as mudanças no setor terciário dos principais centros urbanos, com a expansão dos postos técnicos e de gestão nos setores público e privado, e a ampliação considerável do número de portadores de diplomas superiores na áreas das profissões liberais, geraram setores “cuja preferência e escolhas em matéria de leitura eram relativamente independentes dos juízos externados pelos detentores da autoridade intelectual.”³²

30 Citado por Pontes, Heloísa. *Destinos Mistos – os críticos do grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 147.

31 Serva, Mário Pinto. “A Extinção Imediata do Analfabetismo”. *Revista do IDORT*. V. XIV, n. 167, 1945, p. 230. Uma discussão do assunto está em: Lourenço Filho, Manuel Bergström. “A Educação, um Problema Nacional”. *Revista da Academia Paulista de Letras*. N. 16, 12/12/41, pp. 27-52. Na década de 1940, o índice de escolarização primária em São Paulo era de aproximadamente 40% da população.

32 Miceli, *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*, op. cit., p. 87.

As lamentações quanto à expansão dessa literatura, que, vez por outra, despontam na imprensa, nos fornecem alguns indícios de que a dilatação da demanda por essas obras vinha acompanhada de uma ameaça bem concreta à profissão de escritor no Brasil: segundo Jorge Amado, ao longo da década de 30, os "romancistas e sociólogos modernos" haviam conquistado uma série de benefícios que o aumento dos tais "gêneros menores" colocava em risco: a consolidação de um grande público, os 10% de comissão do autor, as edições de vulto, o pagamento não em prestações, mas na saída do livro, as reedições dos livros esgotados etc..³³ Efetivamente, ainda que pouquíssimos escritores pudessem dedicar-se exclusivamente às suas obras no limiar da década de 1940, a carreira de romancista já se configurava, em parte³⁴, nos anos 30, na medida em que o mercado do livro se alicerçava em grande medida na literatura de ficção. Os escritores, lembremos, participavam intensamente da vida política do país, mas seu êxito não se devia apenas às suas filiações ideológicas, mas também à boa acolhida do público e da crítica,³⁵ numa mescla complexa de fatores. Foi a apreensão do potencial de leitura desses grupos sociais médios e baixos que fez a Editora Brasiliense, por iniciativa de Artur Neves e Monteiro Lobato³⁶,

33 Amado, Jorge. "Problemas do livro brasileiro". *O Observador...*, n. 49, 02/1940, p. 45.

34 Jorge Amado, no mesmo artigo, alertava-nos contra os jovens afoitos, sequiosos de brilhantismo: "Hoje, os mais novos, na ânsia de publicar, estão voltando aos velhos tempos de empregarem as economias para pagamento de edições que saem com rótulos de editoras conhecidas ou aceitando quaisquer 500 mil réis, quantias que por vezes não chegam a 3% do preço de capa do livro." Além disso, para o autor, se o livro brasileiro fosse barato, o escritor poderia viver de seus livros (note-se que a passagem citada a seguir mostra com clareza que os escritores brasileiros eram ainda em grande parte polígrafos): "Se já conseguimos realizar alguma coisa dedicando à literatura apenas as horas de folga que nos restam de outras atividades ou, no caso dos 2 ou 3 infelizes – entre os quaes me incluo – que vivem de literatura, na folga de artigos para ganhar 100 ou 50000 réis, de traduções, de jornalismo etc., que poderíamos fazer se tranquilamente nos dedicássemos, um ano inteiro, à elaboração de um romance, de uma biografia ou de estudo, sem termos de quebrar a cabeça para descobrir como pagar o aluguel ou o leiteiro?" (Amado, Jorge. In: *O Observador...*, 02/1940, pp. 45-46), Ademais, Néelson Palma Travassos, em artigo publicado no *Jornal de São Paulo* em 15 de março de 1947, reclamava da exploração feita pelos editores desonestos, "principalmente os estrangeiros", que compravam por um preço vil os direitos autorais de obras literárias quando os autores ainda eram jovens demais para poderem estar em condições de exigir o que mereciam. Travassos, Néelson Palma. "Em Defesa dos Escritores". *Jornal de São Paulo*, 15/03/1947, p. 4.

35 Miceli, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*, op. cit., p. 95.

36 Depoimento de Pedro Paulo Moreira ao autor. Arquivo particular.

enveredar pelo filão relativamente pouco explorado das vendas de coleções em crediários, as quais permitiam a pessoas de nível aquisitivo modesto terem em suas estantes livros os mais variados, desde os de Monteiro Lobato e da Sra. Leandro Dupré até à literatura de Mark Twain e aos ensaios prefaciados por Caio Prado Jr.. Junto a outras editoras, os indivíduos dessa condição social poderiam obter as coleções de romances de aventuras ou de obras "para moças" e "para a família". As coleções, ademais, quando compradas por aqueles que não liam e nem tinham a intenção de ler, cumpriam a sua função decorativa dentro do ambiente do lar, como um emblema de prestígio cultural³⁷, o que não impedia, contudo, que pudessem significar, para uma criança alheia a veleidades tais, a descoberta de infinitos universos.

É interessante acrescentar que havia uma tradição de cultivo à leitura³⁸ em algumas famílias das classes baixas paulistas da São Paulo das décadas de 1930 e 40. Os filhos e até os netos daqueles imigrantes italianos imbuídos de anarquismo, presentes nesses segmentos da sociedade, tinham, às vezes, em suas casas, a possibilidade de encontrar múltiplos universos:

"Sempre gostei de ler. Menina, iniciei minhas leituras com os livros da modesta estante de meus pais, onde encontrei, entre outros autores da predileção deles, Dante Alighieri, A. Dumas, V. Hugo, Zola, além dos anarquistas italianos, poetas e dramaturgos. Gostava de ler tranqüila, sem ser interrompida (...)"³⁹

De um outro prisma, pode-se aventar a hipótese de que a bagagem cultural desses grupos de classe baixa, conjugada à expansão das oportunidades de instrução, formal e informal, em diversos níveis, explicaria, parcialmente, a ascensão social de alguns filhos de imigrantes e migrantes que, mediante uma educação por vezes incompleta, que exigia muitos sacrifícios, conseguiam

37 Depoimento de Lázaro Borges ao autor. Arquivo particular. Acrescentemos, nesse sentido, que a juventude das classes média e alta ainda recebia a influência do prestígio das letras e da "carreira" de escritor, conquanto as carreiras de jurista, médico ou engenheiro continuassem a ser as mais concorridas. Vide, por exemplo, Branco, Frederico, *Postais paulistas*. São Paulo: Maltese, 1993, pp. 49-50.

38 Os leitores formados nas mais diferentes circunstâncias desde os últimos anos do século XIX se entrecruzavam para constituir o "público leitor das décadas de 30 e 40", cuja heterogeneidade e diversidade não queremos, com as breves asserções que fazemos aqui, subestimar. Para uma análise da formação do público leitor infantil na primeira metade do século XX, em perspectiva comparativa, ver Soares, Gabriela Pellegrino, *Semear horizontes: uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil, 1915-1954*. Belo Horizonte: Editora UFMG/Fapesp, 2007.

39 Gattai, Z., *Um chapéu para viagem*, op. cit., p. 110.

”desaprender” a subordinação social e melhorar o seu nível de vida. Em 1941, chamava-se a atenção, na *Revista da Academia Paulista de Letras*, para o fato de que funcionava em São Paulo apenas uma biblioteca infantil, na rua Major Sertório: ”Sabem, no entanto, os leitores, mercê da insistência com que temos trazido para as nossas colunas as estatísticas oficiais, sabem os leitores que os consulentes da biblioteca infantil municipal procedem dos arrabaldes mais distantes. Situada embora no bairro de Higienópolis, serve às crianças de Vila Buarque, de Santa Cecília, da Barra Funda, do Bom Retiro, da Lapa, da Bela Vista e até de Pinheiros. (...) O Prefeito da Capital, sr. Prestes Maia, além de fixar para 25 de janeiro do ano próximo a solenidade inaugural do novo edifício da Biblioteca Pública Municipal, deu ordens para serem postas a funcionar, o mais breve possível, mais duas bibliotecas infantis – uma no Braz, possivelmente à rua Visconde Parnaíba, outra na Lapa.”⁴⁰

Dois anos depois, na mesma revista observava-se que a disseminação de bibliotecas infantis era um dos grandes problemas da capital paulista. Ainda tínhamos, com caráter oficial, só a Biblioteca Infantil de São Paulo, situada na rua Major Sertório, e sob a direção da Professora Lenira Fracarolli e subordinada ao Departamento Municipal de Cultura. No entanto, era destacado que a experiência dera excelentes resultados, e o próprio Departamento, desenvolvendo e ampliando o seu programa, criara outras pequenas bibliotecas nos Parques Infantis e nos Clubes de Menores.⁴¹ Num artigo sobre o “Problema dos Livros Didáticos”, publicado em 1945, afirmava-se que as famílias pobres, em que “todos os garotos” estudavam, sofriam com a mudança freqüente dos livros didáticos – a qual estava relacionada às sucessivas reformas ortográficas e educacionais –, havendo casos em que irmãos que estudaram no mesmo colégio não puderam compartilhar seus livros.

40 “Bibliotecas e Bibliotecários”. *Revista da Academia Paulista de Letras*. N. 16, 12/12/1941, pp. 159-160.

41 “Biblioteca Infantil”. *Revista da Academia Paulista de Letras*. N. 24, 12/12/1943, p. 161. Sobre a Biblioteca Infantil de São Paulo e seu papel na formação do público leitor paulistano ver Soares, Gabriela Pellegrino, *Semear horizontes*, op. cit. Destaquemos ainda, em tal obra, a contribuição para a elucidação das relações entre o movimento da Escola Nova, o mercado editorial e o processo de formação do público leitor.

“O orçamento das classes média e operária anda mais do que sobrecarregado. É preciso aliviá-lo. E o problema do livro didático não é insolúvel.”⁴²

No contexto de criação daquelas bibliotecas populares no Brás e na Lapa, houve, pelo menos, uma voz na imprensa a sugerir que também industriais, banqueiros e empresas de transportes que tivessem mais de 100 operários criassem bibliotecas – com sala de leitura, livros, revistas e jornais:

“Essas bibliotecas prestariam incalculável serviço às classes proletárias, com este alcance admirável: o patrão contribuindo para a cultura do trabalhador, emprestando-lhe, e aos seus filhos, livros escolhidos. / Parece-nos simpático entregar essas bibliotecas à fiscalização dos próprios operários, orientados, já se vê, por um técnico./ Com pequena verba anual, as fábricas formarão a Biblioteca Proletária. E que esplêndidos resultados não serão colhidos mais tarde !”⁴³

Em 1945, um outro artigo notava que cerca de 5 mil crianças entravam todos os meses na Biblioteca Infantil Municipal, retirando livros que atingiam uma média de 1.500 volumes:

“(...) esses livros que circulam de mão em mão, mas devidamente desinfetados em aparelhamento bem instalado na Biblioteca, propiciam a milhares de escolares pobres um aproveitamento que de outro modo lhes seria impossível alcançar.”⁴⁴

É interessante considerar fenômenos paralelos que parecem ter favorecido a disseminação da leitura em setores mais pobres da sociedade. Além da enorme expansão da indústria gráfica, que expandia postos e outras oportunidades que pressupunham e estimulavam um contato mais íntimo com a palavra escrita, possibilitando brechas para o desenvolvimento do público leitor⁴⁵, a crescente,

42 “O Problema dos Livros Didáticos”. *Revista da Academia Paulista de Letras*. no. 30, 12/6/45, p.162. O problema era comentado também em artigo do ano anterior, que lamentava o fato de sucessivas reformas ortográficas e pedagógicas inutilizarem muitos livros escolares. “Mercado de Livros”. *O Observador Econômico e Financeiro*, n. 106, 11/1944, p. 42.

43 “Bibliotecas”. *Revista da Academia Paulista de Letras*. N. 30, 12/06/45, p. 164.

44 “Será Estabelecida Dentro de Pouco Tempo no Estado de S. Paulo vasta rede de Bibliotecas Infantis”. *Revista da Academia Paulista de Letras*. no. 32, 12/12/45, p. 164.

45 Ver Cruz, Heloisa de Faria, *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915*. São Paulo: Educ/Fapesp2000/Arquivo do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial SP, 2000, Martins, Ana Luisa, *Revistas em revista. Imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: Edusp/FAPESP, 2008, lumatti, Paulo Teixeira, *Arte e trabalho: aspectos da produção do livro em São Paulo (1914-1945)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2016.

porém, relativa⁴⁶ profissionalização dos escritores e o aumento da atividade editorial ampliavam, por exemplo, as perspectivas para trabalhos como o de datilógrafo. Evidentemente, esta ocupação franqueava uma grande oportunidade para cultivar e desenvolver o gosto pela leitura. Foi o que aconteceu a Deocélia Vianna, que, trabalhando como datilógrafa, esteve sempre perto do mundo intelectual e dos livros que aprendera a amar no período em que estudou em um colégio de freiras, na década de 1920.⁴⁷ Deocélia, que não tinha dinheiro para comprar livros, utilizava o serviço de empréstimo proporcionado pela livraria Leitura, o qual, como já aludimos, colaborava para fazer da prática do empréstimo um hábito: em 1930, ao 16 anos, ela passou a morar com sua família na rua Conde de São Joaquim, nas vizinhanças de seu emprego. O novo domicílio possibilitou-lhe economizar os passes do bonde que utilizava anteriormente, os quais valiam como moeda corrente correspondente a 400 réis, soma que desde então passou a ajudá-la a pagar seus empréstimos de livros. "Por dois mil-réis por mês eu podia tirar quantos livros quisesse. Cheguei a tirar um por dia que não lia, devorava. Li tudo, desde Vitor Hugo – a coleção inteira – a Balzac."⁴⁸ (Note-se que, na década de 1940, seu filho com o dramaturgo Oduvaldo Vianna, ao mesmo passo em que lia o *Tarzan*, era "louco para poder ler sozinho os livros de Monteiro Lobato, cuja coleção infantil já havíamos comprado."⁴⁹)

Tais indícios apontam para uma pluralidade de situações que envolviam o crescimento do acesso à leitura, em seu aspecto quantitativo, e para o processo de ascensão de algumas parcelas dos setores baixos e médios da sociedade paulistana, mesclado às brechas e possibilidades de aprendizagem e desaprendizagem. Era esta uma situação que não fugia aos olhos dos jornalistas, que, por vezes, insinuavam o seu nexo com a modificação dos hábitos e dos valores culturais daqueles que haviam migrado para as cidades⁵⁰ e lá viam novas

46 "O Livro Brasileiro". *Revista da Academia Paulista de Letras*. no. 14, 12/6/41, p. 140.

47 "Esse negócio de leitora era ler a vida de santo, enquanto a turma almoçava e jantava (...). Como era leitora, só almoçava e jantava depois e a comida era bem melhor, comida das freiras (...)" Vianna, Deocélia, *Companheiros de viagem*, op. cit., p.15, ver ainda desse mesmo livro, pp. 20, 24, 26, 28, 29 e 30.

48 Vianna, Deocélia, *Companheiros de viagem*, op. cit., p. 19.

49 Vianna, Deocélia, *Companheiros de viagem*, op. cit., pp.75, 79.

50 "Nunca se vendeu tanto livro no Brasil, por um motivo muito simples. Nossa população de um modo geral tem crescido (...) Marchando para o industrialismo, vemos crescer a capacidade aquisitiva do povo (...) Procurando os grandes centros (...) os brasileiros abandonam o ambiente pouco

possibilidades de vida. Um intelectual como Caio Prado Júnior, por exemplo, travou, em sua trajetória, contato direto com o fenômeno, recebendo cartas não só de leitores envolvidos diretamente nos meios acadêmicos, mas também de professores do ensino secundário, militantes etc.⁵¹

A manutenção de um mercado para a indústria do livro infantil foi fundamental nesse panorama, tendo dependido, em parte, a partir da década de 1940, da infraestrutura proporcionada pelas

”editoras especializadas (...), como ocorreu com a Brasil, a Melhoramentos e a Saraiva e, em menor proporção, com a Brasiliense, herdeira da obra de Monteiro Lobato, principal acervo de nossas letras infantis. De sua parte, os escritores se profissionalizaram nesse campo, produzindo apenas livros destinados ao público infanto-juvenil. A profissionalização, acompanhada de especialização, por parte de editoras e escritores, é um dos traços marcantes do período que ocupa as décadas entre 1940 e 1960.”⁵²

Ora, as obras desses escritores, entre os quais se inseria Maria José Dupré, traziam inovações quanto à forma de representação simbólica do mundo rural e urbano das crianças, bem como quanto à maneira de abordagem da questão da

desenvolvido do campo e tomam contato com uma vida nova. Apreendem muitas coisas. Adquirem muitos hábitos citadinos, inclusive o hábito da leitura. E essa mudança de ambiente atua, em particular, no homem vindo do campo, que é um homem sedento de cultura e de tudo que signifique civilização (...). A imprensa, o rádio e o cinema, esses três poderosos instrumentos de cultura popular, desenvolvem intelectualmente as massas, criando para a literatura novos apreciadores. O jornal, o rádio, o cinema e o livro são irmãos e se ajudam mutuamente. Há um outro grande fator do desenvolvimento de nosso mercado de livros. É a guerra. (...) Esta guerra tem um conteúdo político mais claro e muito acessível aos observadores do tipo médio. É uma guerra pela sobrevivência dos postulados democráticos, pela independência das nações, pelo respeito entre os povos (...) todos êsses grandiosos episódios de importância histórica, divulgados pela imprensa, pelo rádio e pelo cinema criam novos leitores de livros. E o homem que lê o primeiro livro nunca mais abandona as bibliotecas (...).” “Mercado de Livros”. *O Observador...*, n. 106, 11/1944, p. 41.

51 Ver Lumatti, Paulo Teixeira, *Diários políticos de Caio Prado Jr.: 1945*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

52 Zilberman, Regina, Lajolo, Marisa. *Literatura infantil brasileira – história e histórias*. São Paulo: Ática, 1984, p. 86. Ver também, entre outros, Soares, Gabriela Pellegrino, *Semear horizontes*, op. cit. Sobre o processo de especialização que envolve várias facetas do mercado editorial brasileiro nos anos 1930 e 1940, ver o estudo de Sorá, Gustavo, *Brasilienses: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro*. São Paulo: Edusp/COM-ARTE, 2010 – além, é claro, do clássico trabalho de Hallewell, Laurence, *O livro no Brasil: sua história*. 2ª. ed. São Paulo: Edusp, 2005.

nacionalidade.⁵³ Em relação à linha editorial da Brasiliense, é interessante observar que havia um elemento que a ligava, de um lado, a um projeto herdeiro do iluminismo e que se propunha tutor do desenvolvimento das consciências, e, de outro, a uma concepção mais aberta, que deixava um espaço livre para a apropriação individual dos bens culturais – o que se refletia em certa ausência de rigidez, na coexistência de diferentes obras trazendo uma pluralidade de prismas. Na obra escolhida para abrir uma das coleções da Editora, a "Ontem e Hoje", tal ambigüidade se revela. Em seu livro *O presidente negro ou o choque das raças*, publicado, originalmente, em 1926, Monteiro Lobato⁵⁴ descrevia a aventura em que se lançava o funcionário de uma empresa carioca a partir do acidente que o levava ao castelo do professor Benson e sua filha – aventura de aprendizado durante a qual o personagem-narrador se conscientizava da importância central da "Ciência" e da "Cultura", e se apropriava de um meio para que ele explorasse o seu próprio potencial. Pois ele mesmo, com os conhecimentos que ia adquirindo dos fatos futuros – mercê de seu contato com a "Ciência" e a "Técnica" – poderia escrever um livro que, surpreendendo a crítica, os cientistas do futuro e os leitores,⁵⁵ abriria a porta para que ele se libertasse de sua condição de simples empregado.⁵⁶ No final do livro, o personagem lançava-se à tarefa e recebia a seguinte orientação: no caminho, haveria de insistir e lembrar-se dos insistentes esforços de Flaubert para atingir a "luminosa clareza que só a sábia simplicidade dá." A ênfase, o empolado, o enfeite, o contorcido, o rebuscamento de expressões, tudo isso nada tinha com a arte de escrever – deveria, podemos dizer, ser *desaprendido* –, porque era artifício e em nada contribuía para o "fim supremo: a clara e fácil expressão da idéia." Estilo, por sua vez, era o modo de ser de cada um, e ele só o teria quando perdesse em absoluto a preocupação de ter estilo. Deveria escrever sem preocupação de espécie nenhuma, nem de gramática. Haveria de libertar-se, e não preocupar-se com detalhes.⁵⁷

Apesar de todo o determinismo e mesmo racismo que caracterizam o livro, parece haver aí uma concepção que se abre para a realização das potencialidades

53 Ver, entre outros, Zilberman, Regina, Lajolo, Marisa. *Literatura infantil brasileira*, op. cit.

54 Não nos arriscaremos a elencar, aqui, a extensa bibliografia sobre Monteiro Lobato.

55 Lobato, Monteiro, *O presidente negro ou o choque das raças*. São Paulo: Brasiliense, 1944, pp. 183-184.

56 Lobato, *O presidente negro*, p. 188.

57 Lobato, *O presidente negro*, pp. 327-330.

de cada um e uma concepção do papel do livro e da própria atividade intelectual que descerra possibilidades múltiplas de formação. Se é verdade que o sucesso e o impacto social de obras como as de Lobato podem ser vistos no aspecto de sua reprodução de preconceitos e concepções mais conservadoras, tais fatores não podem obscurecer o quanto essas mesmas obras procuravam abrir caminho a outros processos, de transformação e libertação.

Dobra nº1, 2017